

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	15
---------------------------	----

Capítulo I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1. Importância dos conceitos	
1.1 Os conceitos e a teoria	21
1.2 Conceitos e definições	24
2. Poder e Direito	26
3. Poder e competência	28
4. O Estado	
4.1 Estado e tributo	30
4.2 Estado de Direito	31
4.3 A relação tributária	
4.3.1 Questionamento em torno de sua natureza	33
4.3.2 Separação dos Poderes do Estado	36
4.3.3 Aperfeiçoamento da separação das funções estatais	40
4.3.4 Efetividade da jurisdição	41
4.4 Manifestações de poder na relação tributária	
4.4.1 Manifestações na atividade legislativa	42
4.4.2 Sanção pelo exercício de um direito fundamental	43
4.4.3 Taxa inconstitucional	45
4.4.4 Efetiva limitação do poder de tributar	45
5. A Constituição	
5.1 Finalidade essencial	47
5.2 Evolução e aperfeiçoamento	49
6. Direito constitucional tributário	
6.1 Relações do direito tributário com o direito constitucional	50
6.2 Supremacia constitucional	50
6.3 Âmbito constitucional do tributo	
6.3.1 Hierarquia das normas no ordenamento jurídico	52
6.3.2 Um conceito do direito positivo	53



6.3.3	<i>Âmbito constitucional do tributo como gênero e como espécie</i>	54
6.3.4	<i>Opção terminológica</i>	55
6.3.5	<i>Âmbito constitucional do tributo e lei complementar</i>	56
6.4	<i>Hipótese de incidência e fato gerador</i>	
6.4.1	<i>Prescrição normativa e realidade fática</i>	57
6.4.2	<i>Hipótese de incidência tributária</i>	57
6.4.3	<i>Fato gerador</i>	58

Capítulo II – OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

1. O tributo e suas espécies

1.1	<i>O tributo</i>	60
1.2	<i>As espécies de tributo</i>	61
1.3	<i>Os impostos</i>	
1.3.1	<i>Conceito de “imposto”</i>	63
1.3.2	<i>As funções do imposto</i>	64
1.3.3	<i>Classificação dos impostos</i>	67
1.3.3.1	Impostos federais, estaduais e municipais ...	68
1.3.3.2	Impostos fixos, graduados, proporcionais, progressivos e regressivos	69
1.3.3.3	Impostos diretos e indiretos	70
1.3.3.4	Impostos fiscais e extrafiscais	72
1.3.3.5	Impostos cumulativos e não cumulativos ..	72
1.3.3.6	Impostos ordinários e extraordinários	73
1.3.4	<i>Competência para a instituição de impostos</i>	74
1.4	<i>As taxas</i>	
1.4.1	<i>Âmbito constitucional das taxas</i>	75
1.4.2	<i>Conceito e características essenciais da taxa</i>	76
1.4.3	<i>As espécies de taxa</i>	81
1.4.4	<i>A base de cálculo das taxas</i>	81
1.4.5	<i>Competência para instituição</i>	82
1.4.6	<i>Distinção entre taxa e preço público ou tarifa</i>	84
1.5	<i>A contribuição de melhoria</i>	
1.5.1	<i>Conceito</i>	88
1.5.2	<i>Função</i>	89
1.5.3	<i>Âmbito constitucional da contribuição de melhoria...</i>	90
1.5.4	<i>Competência para instituir contribuição de melhoria</i>	91
1.5.5	<i>Os limites da contribuição de melhoria</i>	92
1.5.6	<i>Posturas doutrinárias sobre os limites</i>	93
1.5.7	<i>Inadmissibilidade da supressão dos limites</i>	101

1.5.8	<i>Por que está em desuso no Brasil</i>	102
2.	<i>O caráter pessoal dos impostos e a capacidade contributiva</i>	
2.1	<i>A previsão constitucional e as questões que suscita</i>	104
2.2	<i>Alcance da expressão “sempre que possível”</i>	105
2.3	<i>O caráter pessoal dos impostos</i>	106
2.4	<i>Capacidade contributiva e capacidade econômica</i>	
2.4.1	<i>Capacidade contributiva como dever de solidariedade</i>	107
2.4.2	<i>Capacidade contributiva e vantagem decorrente dos serviços públicos</i>	108
2.4.3	<i>O princípio no direito positivo brasileiro</i>	108
2.5	<i>Capacidade contributiva e consciência fiscal</i>	
2.5.1	<i>Limitações ao poder de tributar e consciência fiscal</i>	109
2.5.2	<i>Preferência pelos impostos indiretos</i>	111
2.5.3	<i>Conhecimento do ônus tributário por quem o suporta</i>	111
3.	<i>Limitação quanto à base de cálculo das taxas</i>	
3.1	<i>O dispositivo expresso da Constituição</i>	112
3.2	<i>Como se explica a regra constitucional</i>	112
4.	<i>A lei complementar tributária</i>	
4.1	<i>O que é uma lei complementar</i>	
4.1.1	<i>Conceitos de lógica jurídica e conceitos de direito positivo</i>	114
4.1.2	<i>Lei complementar como conceito de lógica jurídica</i>	116
4.1.3	<i>Lei complementar como conceito jurídico-positivo</i>	117
4.1.4	<i>Questão de direito intertemporal</i>	119
4.1.5	<i>Quorum qualificado para aprovação da lei complementar</i>	121
4.1.6	<i>Configuração como espécie normativa na Constituição Federal de 1967</i>	124
4.2	<i>Lei Complementar na Constituição de 1988</i>	
4.2.1	<i>Elenco de espécies normativas resultantes do processo legislativo</i>	126
4.2.2	<i>Matérias reservadas à lei complementar</i>	127
4.2.3	<i>Reserva feita expressamente</i>	128
4.2.4	<i>Admitindo a reserva às vezes implícita na referência à lei</i>	129
4.2.5	<i>Reserva implícita mais ampla</i>	130
4.2.6	<i>Regime especial de elaboração com exigência de quorum qualificado</i>	132
4.2.7	<i>Identidade da lei complementar como conceito jurídico-positivo</i>	133
4.3	<i>Caracterização da lei complementar</i>	
4.3.1	<i>Explicação para a tese que exige elemento material</i>	135

4.3.2	<i>Impossibilidade de caracterização pela matéria</i>	138
4.3.3	<i>Caracterização pelos elementos formais</i>	142
4.4	<i>Matérias próprias da lei complementar tributária</i>	
4.4.1	<i>Conflitos de competência em matéria tributária</i>	143
4.4.2	<i>Limitações constitucionais ao poder de tributar</i>	145
4.4.3	<i>Normas gerais em matéria de legislação tributária</i>	147
5.	Regime único de arrecadação	
5.1	<i>Lei Complementar 123/2006</i>	149
5.2	<i>Empresa individual de responsabilidade limitada</i>	151
6.	Cumulação de competências tributárias	
6.1	<i>A regra da Constituição</i>	152
6.2	<i>Pouca utilidade da regra</i>	153
7.	Empréstimos compulsórios	
7.1	<i>Considerações introdutórias</i>	153
7.2	<i>Importância dos conceitos e coerência da conclusão</i>	156
7.3	<i>Natureza jurídica e regime jurídico</i>	156
7.4	<i>Tributo e receita pública</i>	157
7.5	<i>Natureza jurídica do empréstimo compulsório</i>	
7.5.1	<i>A tese afirmativa da natureza tributária</i>	158
7.5.2	<i>Fundamentação da tese na Teoria do Direito</i>	160
7.5.3	<i>Destinação e restituição</i>	161
7.5.4	<i>Empréstimo compulsório e receita pública</i>	163
7.5.5	<i>A doutrina estrangeira</i>	164
7.6	<i>Regime jurídico do empréstimo compulsório</i>	
7.6.1	<i>Na Teoria Geral do Direito</i>	165
7.6.2	<i>No Direito Brasileiro</i>	168
8.	Contribuições sociais	
8.1	<i>Natureza tributária</i>	170
8.2	<i>O objetivo do art. 217 do CTN</i>	172
8.3	<i>A norma do art. 4º do CTN</i>	172
8.4	<i>Função das contribuições sociais</i>	174
8.5	<i>Espécies de contribuições sociais</i>	
8.5.1	<i>Espécie ou subespécie</i>	175
8.5.2	<i>Contribuições de intervenção no domínio econômico</i>	176
8.5.3	<i>Seletividade e flexibilidade das contribuições</i>	178
8.5.4	<i>Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i>	179
8.5.5	<i>Contribuições de seguridade social</i>	180
8.5.6	<i>Contribuições especiais</i>	182
8.5.7	<i>Destinação como elemento essencial</i>	183
9.	Contribuição de iluminação pública	
9.1	<i>Incompatibilidade conceitual</i>	183

9.2	<i>Outras incompatibilidades</i>	
9.2.1	<i>Destruição do sistema tributário</i>	185
9.2.2	<i>Separação de Poderes</i>	186
9.2.3	<i>Garantias individuais do contribuinte</i>	187
9.2.4	<i>Compreensão dos limites ao poder reformador</i>	188
9.3	<i>Outras questões relevantes</i>	188
9.3.1	<i>Forma de cobrança</i>	189
9.3.2	<i>Direito à compensação</i>	189

Capítulo III – LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

1.	<i>O Direito como sistema de limites</i>	192
2.	<i>Legalidade tributária</i>	
2.1	<i>O princípio e a norma</i>	194
2.2	<i>Significados e origem do princípio</i>	196
2.3	<i>Legalidade e tipicidade</i>	199
2.4	<i>Legalidade tributária nas Constituições brasileiras</i>	
2.4.1	<i>Nas Constituições anteriores</i>	202
2.4.2	<i>Na Constituição de 1988</i>	204
2.4.3	<i>A teoria jurídica e a adequada compreensão do princípio da legalidade</i>	205
2.4.4	<i>A expressão “exigir ou aumentar tributo”</i>	206
2.4.5	<i>O significado da palavra “lei”</i>	211
2.4.6	<i>As medidas provisórias</i>	213
2.4.7	<i>Exceções ou restrições ao alcance do princípio da legalidade</i>	214
3.	<i>Isonomia tributária</i>	
3.1	<i>Isonomia como princípio geral do Direito</i>	216
3.2	<i>A isonomia como limitação ao poder de tributar</i>	218
3.3	<i>Desigualdades regionais como critério de discrimen</i>	
3.3.1	<i>Interpretação sistêmica da Constituição Federal</i>	219
3.3.2	<i>Redução das desigualdades como objetivo fundamental</i>	219
3.3.3	<i>Outros dispositivos sobre a redução das desigualdades regionais</i>	219
3.3.4	<i>Disputas entre as unidades federativas</i>	220
3.3.5	<i>A denominada “guerra fiscal”</i>	221
3.3.6	<i>Como a Constituição de 1988 pretendeu evitar a “guerra fiscal”</i>	223
3.3.7	<i>A inconstitucionalidade de leis estaduais</i>	223
3.3.8	<i>Uma possível justificativa para a “guerra fiscal”</i>	224

3.3.9	<i>Caminho adequado para a superação das desigualdades regionais</i>	225
3.3.10	<i>Respeito à Constituição Federal</i>	227
4.	<i>Irretroatividade da lei tributária</i>	
4.1	<i>Preservação da segurança jurídica</i>	227
4.2	<i>Irretroatividade das leis tributárias</i>	
4.2.1	<i>Como limitação ao poder de tributar</i>	230
4.2.2	<i>Retroatividade benéfica ao contribuinte</i>	230
4.2.3	<i>A questão da lei interpretativa</i>	231
5.	<i>Anterioridade da lei tributária</i>	
5.1	<i>Anterioridade e anualidade do tributo</i>	232
5.2	<i>Anterioridade e irretroatividade da lei</i>	234
5.3	<i>Anterioridade anual e nonagesimal</i>	235
5.4	<i>O contribuinte como destinatário das garantias constitucionais</i>	237
6.	<i>Vedação do confisco</i>	
6.1	<i>Questões relativas a conceitos</i>	239
6.2	<i>Imposto real sobre o patrimônio</i>	241
6.3	<i>Imposto sobre a renda e confisco</i>	243
6.4	<i>Tributo confiscatório, direito de propriedade e empresa privada</i>	244
6.5	<i>Proibição expressa do tributo confiscatório</i>	245
6.6	<i>Tributo e carga tributária</i>	
6.6.1	<i>Colocação da questão</i>	246
6.6.2	<i>Carga tributária e efetividade da garantia constitucional</i>	247
6.6.3	<i>Solução adequada para evitar o efeito confiscatório</i>	249
6.6.4	<i>Vedação ao confisco e tributo extrafiscal</i>	249
6.7	<i>Vedação do tributo confiscatório e multas</i>	
6.7.1	<i>Extensão do princípio do não confisco</i>	252
6.7.2	<i>Distinção essencial entre tributo e penalidade</i>	252
6.7.3	<i>Sanção e tributo extrafiscal proibitivo</i>	253
6.8	<i>Tributação nas atividades ilícitas</i>	254
6.9	<i>A prática do tributo como sanção</i>	261
6.10	<i>Ainda a distinção entre tributo e multa</i>	262
6.11	<i>Multa sobre venda de mercadoria sem nota fiscal</i>	263
6.12	<i>As multas e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade</i>	265
7.	<i>Liberdade de tráfico</i>	267
8.	<i>Imunidades</i>	
8.1	<i>Conceito e natureza jurídica</i>	267

8.2	<i>Imunidade, isenção e não incidência</i>	268
8.3	<i>A imunidade no capítulo das limitações ao poder de tributar</i>	
8.3.1	<i>O enunciado das imunidades</i>	269
8.3.2	<i>Imunidade recíproca</i>	270
8.3.3	<i>Imunidade dos templos</i>	271
8.3.4	<i>Imunidade dos partidos políticos</i>	273
8.3.5	<i>Imunidade das entidades sindicais e das entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos</i>	273
8.3.6	<i>Imunidade dos livros, jornais e periódicos</i>	278
9.	<i>Consciência fiscal</i>	
9.1	<i>Como forma de limitação do poder de tributar</i>	284
9.2	<i>Demonstração de consciência fiscal</i>	285
9.3	<i>Importância da consciência fiscal como limitação do poder de tributar</i>	286
10.	<i>Especificidade da lei de isenção ou outros incentivos fiscais</i>	
10.1	<i>Exigência da Constituição Federal</i>	286
10.2	<i>Razão provável da exigência</i>	287
10.3	<i>Lei revogadora de isenção</i>	287
10.4	<i>A isenção da COFINS para sociedades de profissionais</i>	288
10.5	<i>Alguns conceitos de Teoria Geral do Direito relativos ao assunto</i>	
10.5.1	<i>Distinção entre lei e norma</i>	289
10.5.2	<i>A norma e a lei instituidora da isenção</i>	291
10.5.3	<i>Especificidade da norma de isenção</i>	291
10.5.4	<i>Isenção como dispensa do tributo</i>	293
10.5.5	<i>Isenção como hipótese de não incidência</i>	294
10.5.6	<i>Isenção como exceção à norma de tributação</i>	295
11.	<i>Substituição tributária para a frente</i>	296
12.	<i>Uniformidade dos tributos federais</i>	300
13.	<i>Tributação da renda gerada pelo Poder Público</i>	300
14.	<i>Isenções heterônomas</i>	
14.1	<i>Preservação da autonomia dos Estados e dos Municípios</i>	301
14.2	<i>Isenção mediante tratados internacionais</i>	303
15.	<i>Não discriminação em razão da procedência ou destino dos bens e serviços</i>	308

Capítulo IV – ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

1.	<i>Supremacia constitucional e tributação</i>	
1.1	<i>Preservação da segurança na tributação</i>	310
1.2	<i>Supremacia constitucional e os conceitos utilizados pelas normas</i>	310



2. Atribuição de competências e âmbito constitucional dos tributos	
2.1 Atribuição constitucional de competência tributária	311
2.2 Âmbito constitucional dos tributos	312
3. Âmbito constitucional das taxas e das contribuições	
3.1 O âmbito constitucional das taxas	313
3.2 O âmbito constitucional da contribuição de melhoria	314
3.3 O âmbito constitucional das contribuições sociais	314
4. Âmbito constitucional dos impostos	
4.1 Imposto de importação de produtos estrangeiros	315
4.2 Imposto de exportação	316
4.3 Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	
4.3.1 A Constituição e a lei complementar	317
4.3.2 O conceito legalista de "renda"	318
4.3.3 Vaguidade ou ambiguidade das palavras	319
4.3.4 Liberdade do legislador complementar	323
4.4 Imposto sobre produtos industrializados	
4.4.1 A Constituição e a lei complementar	323
4.4.2 Antes da Constituição de 1934	324
4.4.3 Nas Constituições de 1934 e de 1937	325
4.4.4 Na Constituição de 1946 e sua Emenda 18	325
4.4.5 Nas Constituições de 1967, 1969 e 1988	326
4.4.6 Conceito de "produto industrializado"	327
4.4.7 A industrialização no exterior	328
4.4.8 A alegada bitributação	330
4.4.9 A superposição ou bis in idem	331
4.5 Imposto sobre operações financeiras	
4.5.1 A Constituição e a lei complementar	332
4.5.2 A função extrafiscal e as restrições a princípios constitucionais	334
4.5.3 Fundamentação do ato do Poder Executivo que altera o imposto	334
4.6 Imposto territorial rural	
4.6.1 A Constituição e a lei complementar	338
4.6.2 Propriedade, domínio útil e posse	339
4.6.3 A lei civil definidora do imóvel por natureza	340
4.6.4 Distinção entre imóvel rural e imóvel urbano	343
4.7 Imposto sobre grandes fortunas	
4.7.1 O âmbito constitucional e a lei complementar	345
4.7.2 Competência tributária não exercitada	345
4.7.3 Viabilidade técnica	345
4.7.4 Razão da não criação	346

4.7.5	<i>Deformação do imposto</i>	347
4.8	<i>Impostos da competência residual</i>	347
4.9	<i>Imposto extraordinário de guerra</i>	348
5.	<i>Âmbito constitucional dos impostos estaduais</i>	
5.1	<i>Imposto sobre heranças e doações</i>	349
5.2	<i>Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias</i>	
5.2.1	<i>A extrema complexidade</i>	351
5.2.2	<i>A não cumulatividade do ICMS</i>	354
5.2.3	<i>Deformação do ICMS</i>	355
5.3	<i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i>	357
6.	<i>Âmbito constitucional dos impostos municipais</i>	
6.1	<i>Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana</i>	
6.1.1	<i>A Constituição e a lei complementar</i>	357
6.2	<i>Imposto sobre transmissão de bens imóveis</i>	
6.2.1	<i>A Constituição e a lei complementar</i>	359
6.2.2	<i>A imunidade e os dispositivos do Código Tributário Nacional</i>	361
6.3	<i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i>	
6.3.1	<i>O âmbito constitucional e a delimitação feita pela lei complementar</i>	362
6.3.2	<i>A questão das subempreitadas</i>	363
6.3.3	<i>O caráter taxativo da Lista de Serviços</i>	366
6.3.4	<i>Interpretação dos itens da Lista</i>	367

Capítulo V – DISTRIBUIÇÃO DAS RENDAS TRIBUTÁRIAS

1.	<i>Sistema tributário e Federação</i>	
1.1	<i>Divisão dos Poderes</i>	369
1.2	<i>Divisão dos recursos públicos</i>	370
1.3	<i>Temática alheia ao direito tributário</i>	371
2.	<i>As técnicas de distribuição das rendas tributárias</i>	
2.1	<i>Atribuição de competência e divisão de receitas</i>	372
2.2	<i>Dependência política</i>	373
2.3	<i>Os conflitos entre as entidades tributantes</i>	373
2.4	<i>Reforma e simplificação do sistema tributário nacional</i>	374
3.	<i>A repartição das receitas tributárias</i>	
3.1	<i>Repartição com os Estados</i>	374
3.2	<i>Repartição com os Municípios</i>	375
3.3	<i>Os fundos de participação</i>	376
3.4	<i>Outras formas de participação</i>	376

4. Restrições relativas à repartição de recursos tributários	
4.1 Restrições à entrega de recursos	377
4.2 Disciplina em lei complementar	377
4.3 Divulgação obrigatória	378

Capítulo VI – REFORMA E SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

1. Introdução	379
2. Federalização dos impostos	
2.1 Uniformidade da legislação	381
2.2 Procedimentos de fiscalização	381
2.3 Conflitos na relação Fisco/contribuinte	382
2.4 Partilha da arrecadação dos impostos	382
2.5 Os impostos	383
3. Outras espécies de tributos	384
4. Repartição das rendas dos impostos	
4.1 Preservação da forma federativa	385
4.2 Partilha automática dos impostos	385
4.3 Os Conselhos de Representantes	386
5. Os tributos	
5.1 Generalidades	386
5.2 Impostos	387
5.3 Taxas, contribuição de melhoria e empréstimos compulsórios	389
5.4 Contribuições sociais	389
5.5 Justiça tributária e impostos indiretos	390

APÊNDICE

Constituição Federal (Título VI)	391
---	-----

Bibliografia	405
---------------------------	-----